

A inserção precoce no mercado de trabalho e a clientela do ensino supletivo: um estudo da pobreza urbana

Maria Francisca Thereza Cardoso
Geógrafa do IEGE

A presente pesquisa acha-se estreitamente vinculada ao interesse despertado pelos problemas afetos à “pobreza urbana”, podendo também se relacionar aos de “justiça distributiva”, dadas as grandes disparidades de oportunidades constatadas no âmbito urbano¹. Ao se relacionar esta pesquisa a uma linha temática de pobreza urbana, deve-se ter em mente que a pobreza é um fenô-

meno bastante complexo. “Existe uma concordância generalizada sobre o fato de que a pobreza é um fenômeno de múltiplas dimensões, envolvendo num sentido amplo comparações econômicas, sociais e culturais. Portanto, só através de um estudo detalhado das condições de vida da população poder-se-ia estabelecer as características básicas da população”².

¹ Este trabalho deveria, a princípio, se inserir numa série de pesquisas relativas à pobreza urbana, tema que o setor de Estudos Interurbanos da DIURB se propunha estudar, em 1979, sob diversos enfoques, tais como através de um meio de consumo coletivo — o ensino, através do mercado de trabalho — mão-de-obra sem qualificação engajada no mercado de trabalho formal e outros a serem escolhidos.

² MATA, Milton. *Concentração de Renda, Desemprego e Pobreza no Brasil: análise de uma amostra de municípios em 1970*. p. 121.

Procura-se analisar, aqui, uma parcela da população urbana de baixa renda do município do Rio de Janeiro, focalizando-a através da recorrência a um determinado tipo de ensino. Optou-se por uma pesquisa no curso supletivo (rede oficial do Município do Rio de Janeiro), uma vez que se aceita: a) ser a clientela do supletivo uma população carente e b) estar recebendo, a mesma, uma escolarização raramente capaz de propiciar uma ascensão na escala social, o que de certa forma, é não só socialmente injusto mas causador de grandes frustrações, dado que os ingressos no supletivo implicitamente acreditam ser a educação formal o veículo através do qual conseguirão elevar-se na sociedade.

Com base em Santos³ questiona-se também se o ensino supletivo pode ou não ser encaixado no chamado “circuito inferior da economia”, dado o tipo de clientela que dele se serve e da própria estrutura deste tipo de ensino.

A recorrência a escolas localizadas em diferentes áreas da cidade do Rio de Janeiro demonstra a preocupação em constatar, no âmbito daquela “população” do supletivo, tornada homogênea pelo mesmo nível de escolaridade, similitudes e diversidades devidas ao espaço de localização das mesmas. Aceita-se, por conseguinte, como premissa inicial, a importância fundamental do espaço de localização no tocante à diferenciação das clientelas das escolas selecionadas, considerando que cada habitante urbano tem seu lugar na cidade em grande parte determinado por suas possibilidades econômicas, seu universo cultural, seu padrão de vida, seus hábitos sociais. Pesquisa efetuada pelo IBGE, em 1977,⁴ constatou que a maior

parte das famílias de renda baixa da cidade do Rio de Janeiro (rendimento até um salário mínimo) estão fixadas nas zonas Norte Suburbana, 51,4% e Oeste, 27,0%. Mas as zonas Centro-Norte e Sul, locais de residência de famílias detentoras de renda mais elevada, apresentam um percentual não desprezível de famílias de baixa renda, 14,0% e 7,6%, respectivamente. Isso faz lembrar que fisicamente próximos, dois indivíduos podem estar socialmente distantes. Assim, tal constatação irá justificar os “espaços” selecionados para a pesquisa.

1 — FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A pesquisa questiona assuntos relativos à pobreza urbana e ao circuito inferior da economia, através da análise de uma fração da clientela do ensino supletivo. No intuito de fornecer embasamento para o presente estudo, analisam-se a seguir esses três temas, aqui entrelaçados: pobreza urbana, circuito inferior da economia e ensino supletivo.

1.1 — Pobreza Urbana

Muitos autores, ao tentar conceituar o que vem a ser “pobreza”, enfatizam a necessidade da mesma ser encarada sob o prisma de “pobreza relativa”. Isto porque, no caso, estar-se-ia considerando explicitamente o padrão de vida atingido pela sociedade, contrariamente à noção de pobreza absoluta que praticamente se restringe à noção de mínimo necessário à subsistência. Sob esta visão estar-se-ia adotando uma definição parcial de pobreza e aceitando, por certo,

³ SANTOS, Milton. *Espaço Dividido*. p. 29, 33.

⁴ IBGE — DEISO. *Condições de vida da População de Baixa Renda da Região Metropolitana do Rio de Janeiro*.

parâmetros estatísticos estáticos. Santos⁵, ao tratar do problema da pobreza, ressalta o caráter relativo do mesmo quando diz que “trata-se de uma realidade cujas dimensões agora e no futuro serão definidas pela influência recíproca dos fatores econômicos e sociais peculiares a cada país”. Santos enfatiza ainda o caráter dinâmico do conceito. “Os conceitos de recursos e necessidades são dinâmicos. A idéia de escassez, um corolário dessas duas categorias, faz parte de sua própria natureza. Os recursos postos à disposição do homem, em termos de sua posição na escala social, mudam com o tempo e o lugar”.

A pobreza é, por conseguinte, uma medida relativa; quando todos são por ela atingidos, seu impacto é menor. Mas quando alguns detêm riquezas e outros não, o confronto entre as duas situações pode se tornar extremamente chocante. Daí a pobreza na cidade causar maior impacto, não por ser inexistente no campo, mas porque na cidade, dado o fenômeno da concentração de população e de riqueza, surgem, muitas vezes, desequilíbrios alarmantes. Assim, segundo Mata⁶, “o problema da desigualdade parece ser um fenômeno mais importante do que o da pobreza, uma vez que fica clara a injustiça do sistema ao permitir a convivência da abundância e da penúria”.

Apesar de fenômeno bastante atual, essas desigualdades, de natureza econômica e conseqüentemente sociais, foram também conhecidas e sentidas pelas gerações passadas. Recuando-se no tempo, vão se encontrar, desde os primórdios da revolução industrial, clamores contra situações de extremas desigualdades que passaram a vigorar no âmbito dos centros urbanos,

motivados, em grande parte, por violento êxodo rural.

Refletindo ideologias diversas, percebidas claramente através dos “remédios” apontados, numerosas denúncias contra o sistema, desde então, sincronizam-se quando clamam contra a falta de justiça social e aspiram por melhor equidade na distribuição dos bens no âmbito da sociedade.

Até mesmo os defensores da eficiência do sistema reconhecem os enormes desequilíbrios gerados no campo sócio-econômico e prognosticam uma justiça distributiva num futuro mais ou menos remoto. Eficiência no presente e equidade preterida a um futuro mais ou menos distante, tal opção admite, de imediato, que uma política que tenha por objetivo a equidade raramente conseguirá maximizar a eficiência global do sistema. Assim, passa a existir uma dicotomia incompreensível e que em termos mais explícitos pode assim ser resumida: uma opção a ser feita, no tempo presente, entre a justiça social e a injustiça social.

Afirmando que a desigualdade e a pobreza são componentes funcionais do sistema capitalista, a teoria marxista⁷ enfatiza que a desigualdade de renda é inerente ao regime de trabalho assalariado. Afirma que esta desigualdade vai se transmitindo através das gerações, uma vez que são diferentes as oportunidades que o meio social proporciona a cada indivíduo ao nascer. Daí preconizar uma revolução social e econômica, a derrocada do capitalismo e sua substituição por um modo de produção e condições de vida que estejam organizados em torno dos princípios de igualdade e justiça social.

A teoria marxista vai de encontro, portanto, frontalmente, ao

⁵ SANTOS, Milton. *Pobreza Urbana*. p. 9/10.

⁶ MATA, Milton da, ob. cit., p. 110.

⁷ Baseado em Richard Peet. *Desigualdad y Pobreza: una teoria geografico-marxista*.

modelo da “teoria de modernização” que vê nas desigualdades existentes entre os diversos grupos sociais um problema de assimilação deficiente. “Nessa teoria é suposto que a sociedade seja aberta, mas que a ascensão se fundamente no princípio da “meritocracia” e não numa lógica de distribuição cujos requisitos sejam adquiridos por herança. Por conseguinte, estaria dentro da própria lógica de funcionamento da sociedade moderna a implantação de um amplo sistema competitivo alicerçado numa crescente igualdade de oportunidades”⁸.

A questão da pobreza acha-se bastante afetada a uma problemática de justiça distributiva. Esta surge, desde o final do século XIX, como um dos temas básicos em toda a doutrina social da Igreja, consubstanciada principalmente através das Encíclicas *Rerum Novarum* (Leão XIII, 1891), *Quadragesimo Anno* (Pio XI, 1931) e *Mater et Magistra* (João XXIII, 1961). A justiça distributiva é apontada como um dos caminhos através dos quais deve ser reconstruído o setor econômico e social da comunidade humana.

Leão XIII, em 1891, apoiado na filosofia tomista⁹ — “assim como a parte e o todo são, em certo modo, uma mesma coisa, assim o que pertence ao todo pertence de alguma sorte a cada parte”, alertava aos governantes de seu tempo quanto ao problema da pobreza, exortando que tivessem da sociedade uma visão sistêmica e que observassem rigorosamente as leis da justiça chamada distributiva.

Em tempos mais recentes, João XXIII, em 1961, através da *Mater et Magistra*, após relembrar as diretrizes sociais contidas na *Rerum Novarum* e na *Quadragesimo Anno* e comentar as transformações por que passou a sociedade daqueles até os seus dias, enfatiza novamente a justiça distributiva, obviamente portanto atentando para o problema da pobreza da maioria... “A riqueza econômica dum povo não depende só da abundância global dos bens, mas também e mais ainda da real e eficaz distribuição deles segundo a justiça para tornar possível a melhoria do estado pessoal dos membros da sociedade: é este o fim verdadeiro da economia nacional”.

Nos dias atuais, sob o pontificado de João Paulo II, o tema da justiça social continua sendo constantemente abordado nos documentos da Igreja.

O que fica bastante claro é que indiferente às ideologias, o fenómeno por todos ressaltado não é a “pobreza” em si mesma, mas a extrema desigualdade na distribuição dos bens dentro da sociedade, patenteando-se cada vez mais a necessidade de uma divisão mais justa daqueles mesmos bens. A tônica encontra-se portanto na justiça distributiva. O conceito de justiça amplia-se na consciência e na vivência do homem moderno. Hoje a justiça “legal” está longe de satisfazer à justiça “social”, uma vez que falta muitas vezes à “legalidade” o reconhecimento real dos direitos dos mais carentes¹⁰.

⁸ KOWARICK, Lúcio. *Capitalismo e Marginalidade na América Latina*, p. 52.

⁹ Relativo a S. Tomás de Aquino.

¹⁰ LIBÂNIO, J. B. *Educar para a justiça*.

Do mesmo autor, p. 13, “justiça deve implicar um respeito aos direitos fundamentais do ser humano, naturais e individuais, anteriores e irreduzíveis ao Estado e aos direitos sociais, relativos sobretudo às classes populares, isto é, às classes mais carentes... Estes (direitos sociais) referem-se ao direito ao trabalho, a sua livre escolha, à segurança e às condições humanas de trabalho, à propriedade, à educação, à cultura, à saúde, à segurança social, à livre iniciativa e responsabilidade na vida econômica”.

1.2 — O “circuito inferior” da economia.

A sociedade em que se vive é cheia de contradições; ao lado de um pequeno número de pessoas que dispõem de rendas elevadas, um grande número de indivíduos contam com recursos muito pequenos, insuficientes para a própria sobrevivência. Esta disparidade é bastante flagrante nos países subdesenvolvidos, onde se reflete de modo substancialmente chocante no consumo através de enormes diferenças qualitativas e quantitativas.

Segundo Santos¹¹, as disparidades de renda “se exprimem ao nível regional por uma tendência à hierarquização das atividades e, na escala do lugar, pela coexistência de atividades de mesma natureza, mas de níveis diferentes”. Ainda com Santos¹², como o aparelho econômico tanto o da produção como o da distribuição (bens e serviços) deve se adaptar aos imperativos de uma modernização poderosa e às realidades sociais, novas ou herdadas, criam-se dois circuitos econômicos, o superior e o inferior, este último interessando principalmente às populações pobres. A definição de cada circuito não se satisfaz somente com a enumeração de seus elementos; os circuitos se definem pelo conjunto das atividades realizadas em certo contexto e pelo setor da população que se liga a ele essencialmente pela atividade e pelo consumo.

Atentando especificamente para este segundo item, é preciso ressaltar que os indivíduos podem consumir esporadicamente bens e serviços de um circuito que não aquele a que pertencem. É o caso, de modo especial, dos que pertencem à classe média que participa

ora de um consumo semelhante aos dos mais abastados ora de um consumo próprio das populações de renda mais reduzida. O acesso dos circuitos não é, portanto, estanque; naturalmente as classes de rendas mais baixas são as mais confinadas.

Procurando aplicar o que foi visto ao ensino, enquanto meio de consumo coletivo, facilmente se constata que são justamente as famílias que dispõem de rendas mais baixas que experimentam maiores dificuldades não só no envio de seus filhos à escola como também na permanência dos mesmos no estabelecimento escolar. Isto porque mesmo quando o ensino é gratuito existem despesas com o uniforme, com o material escolar e com a própria taxa escolar. Acrescente-se ainda que além de consumir, o estudante deixa de produzir. Desta forma, torna-se fato muito comum entre as famílias de renda mais baixa recorrer ao trabalho dos filhos menores a fim de complementar a renda familiar. “Duas variáveis elaboradas no centro do sistema, a informação e o consumo, de forte ressonância nos países dependentes”¹³ e causa de marcantes transformações da sociedade, são responsáveis pela grande valorização atribuída à obtenção de um diploma, relativo a um dos diferentes graus de escolaridade; através dele é vislumbrada a possibilidade de ascensão social. Assim, muitos egressos da escola retornam mais tarde e o fazem através dos cursos supletivos.

A clientela desses cursos é formada, deste modo, em sua grande maioria, por uma população advinda das camadas de baixa renda acrescida por elementos da classe média que, como já foi visto linhas

¹¹ SANTOS, Milton. *Espaço Dividido*, p. 15.

¹² SANTOS, Milton, ob. cit., p. 29.

¹³ SANTOS, Milton, ob.cit., p. 28.

atrás, participa pelo consumo das duas classes extremas, entre as quais se posiciona.

1.3 — O Ensino Supletivo — seu significado como parâmetro representativo da pobreza urbana.

Nesta pesquisa será focalizado o ensino supletivo através de uma de suas modalidades, a suplência, e, mais especificamente, o segundo estágio do 1.º grau. Dado o interesse principal da pesquisa, será aconselhável entender-se a filosofia de que se acha imbuído esse tipo de ensino e principalmente da suplência, “que pretende suprir a escolarização regular para os adolescentes e adultos que não a tenham seguido ou concluído na idade própria”.

A Câmara de Ensino Supletivo, através do Parecer 09/76, ao definir esta modalidade de ensino, diz que o mesmo objetiva “suprir falta ou carências elementares e, além disso, como acréscimo em qualquer nível, isto é, como um processo incessante de recuperação e de promoção cultural e profissional e conseqüentemente social”¹⁴

Não se deve esquecer que, em tese, o ensino supletivo caminha paralelo ao ensino regular. O parecer anteriormente citado afirma que a equivalência entre o Ensino Supletivo e o Regular “... constituiu um imperativo de democratização que repele os dualismos de toda ordem”. Mas, na prática, será isso uma realidade? Apesar dos documentos oficiais afirmarem que o ensino supletivo não haveria de

ser “um ensino regular de segunda classe”, muitos apontam a existência de uma forma dual no sistema de ensino. Bárbara Freitag¹⁵ assim define esse sistema de ensino: “o supletivo, ao mesmo tempo que ajuda a manter o mito de uma sociedade democrática, é parte essencial de uma sociedade excludente. As classes dirigentes, formadas em cursos regulares, estão aptas a assumir seu papel no centro dinâmico do sistema; as demais constituem a clientela dos cursos supletivos”. E, mais adiante, “o sistema educacional institucionalizou na prática a própria relação de classes, reproduzindo-a também ao nível da sociedade civil”... “O sistema educacional, além de reproduzir globalmente a estrutura de classes, aloca dentro de cada uma delas os indivíduos na estrutura ocupacional, não à base do que poderiam ser por suas aptidões, mas à base do que sua condição de classes lhes permitiu ser”.

Até à década dos sessenta, no atual município do Rio de Janeiro (Distrito Federal até 1960 e Estado da Guanabara no período de 1960-1975), o ensino oficial oferecia um número bem reduzido de vagas nos cursos noturnos. Poucos eram os que não podendo estudar durante o dia tinham chance de obter, através de um curso regular noturno, um diploma de conclusão do ensino médio, quer do 1.º ciclo (ginásio), quer do 2.º ciclo (colegial). Havia, é verdade, os exames de madureza que tentavam suprir, de certa forma, tal lacuna, mas se, por um lado, ofereciam a chance

¹⁴ “Ao ensino supletivo foi atribuída grande flexibilidade através de quatro funções básicas que lhe foram concedidas: *suplência*, escolarização intensiva ou extensiva, ou o reconhecimento de escolarização que se oferece a quantos não tenham seguido os estudos regulares na idade própria; *suprimento*, sua finalidade é proporcionar, mediante repetida volta à escola, estudos de aperfeiçoamento ou atualização para os que tenham seguido o ensino regular no todo ou em parte; *aprendizagem*, formação metódica no trabalho a cargo das empresas ou de instituições por estas criadas e mantidas, a seus empregados de 14 a 18 anos; e *qualificação*, preparo profissional proporcionado a não aprendizes, tecnicamente falando, em níveis inferiores, idênticos ou superiores ao da aprendizagem” (Parecer 09/76 da Câmara de Ensino Supletivo).

¹⁵ FREITAG, Bárbara. *Escola, Estado e Sociedade*, p. 120.

de obtenção do diploma, não ofertavam, por outro, a escolaridade necessária para tal. A partir da década dos sessenta, com o significativo aumento das escolas públicas no recém-criado Estado da Guanabara, as vagas oferecidas àqueles que só dispunham do horário noturno aumentaram bastante. Mas, já na década dos setenta, com a transformação gradual do ensino ministrado à noite em ensino supletivo, as quatro séries correspondentes às 5.^a, 6.^a, 7.^a e 8.^a séries do 1.^o grau (o que era denominado de ginásio antes da reforma do ensino de 1971) transformaram-se em fases, o que na prática veio a significar a transformação de um ensino seriado ministrado em quatro anos em um ensino realizado intensivamente durante quatro quadrimestres, ou seja, durante dois anos, levando-se em conta o período de férias escolares. Passou então a existir um acentuado contraste entre os dois ensinos, o diurno e o noturno, sendo que a diferença mais visível, a do tempo de duração, desencadeia uma série de conseqüências negativas para o supletivo, tais como contato aluno-escola reduzido pela metade, aulas condensadas, menor número de disciplinas oferecidas, ausência de disciplinas consideradas não básicas etc., para não citar a inadequação entre o ensino oferecido à clientela e as necessidades da mesma. Caso se acrescente que muitas vezes o aluno, ao chegar à 5.^a fase, não apresenta a maturidade intelectual necessária, por proceder do 1.^o estágio do próprio supletivo, onde as quatro primeiras fases (correspondentes ao antigo primário) também foram feitas num período de dois anos, compreende-se facilmente as insuficiências da 5.^a à 8.^a fase do ensino supletivo, embora tenha o mesmo elevado sensivelmente o número de portadores de diplomas do 1.^o grau.

Assim, embora no documento sobre o ensino supletivo seja ressaltada a interação que deva haver entre ele e o ensino regular... “do que aí fica emerge, muito clara, a convicção de que ensino regular e ensino supletivo, longe de formarem dois mundos estanques e irredutíveis, são concepções que podem e devem interpenetrar-se em proveito de uma escola cada vez mais rica, pelas possibilidades de ajustamento às inúmeras situações a enfrentar de agora em diante” ... percebe-se que dificilmente poderão os alunos do supletivo usufruir de uma escola semelhante às de curso regular e apresentar os mesmos resultados, ressalvas às exceções sempre encontradas.

Sob o enfoque da “justiça distributiva”, um questionamento aqui se impõe a respeito do ensino supletivo. A educação estará sendo oferecida a todos com equidade, não discriminadamente, ou o ensino supletivo demonstra que a elitização ainda é uma realidade no sistema de ensino do país? Bastante válido é questionar-se aqui a respeito da relação custo-benefício para aqueles que freqüentam o supletivo. Que tipo de escolaridade recebem? Compensará ela os sacrifícios da saúde, através da sobrecarga da jornada diária de trabalho com três ou quatro horas de permanência em um estabelecimento escolar noturno e todas as conseqüências deste fato advindas? Este fato, obviamente, traz uma série de conseqüências negativas desde o plano biológico, como a deficiência alimentar, número reduzido de horas de sono, que se refletem no próprio crescimento físico e mental, até o plano psicológico — sensação de uma certa “marginalidade social”, marginalidade aqui empregada no sentido de uma situação diferente daquela que seria o “normal” e o “ideal”: o estudo

durante a infância e a primeira juventude e a atividade profissional após o término do mesmo.

A necessidade de inserção precoce no mercado de trabalho por parte de ampla camada da população tem como conseqüência imediata uma evasão escolar pronunciada e, como resultado imediato, através de um verdadeiro círculo vicioso, a reprodução da pobreza para ampla camada da população. Algumas vezes, como já foi visto, aqueles que abandonam a escola retornam aos bancos escolares através do curso supletivo, mas entre o abandono dos estudos e o regresso à escola pode ocorrer um intervalo de tempo mais ou menos dilatado.

Do que foi explicitado, parte-se da premissa de que a população que se focaliza — uma parcela dos que cursam o Supletivo no município do Rio de Janeiro — está incluída, em sua maior parte, naquelas faixas de população que percebem menores rendimentos. São pobres porque ganham pouco, mais explicitamente, não ganham o suficiente para fazer face às suas necessidades básicas e, aqui, ao incluímos entre essas a educação formal, considera-se especificamente os que não dispõem do suficiente para poderem usufruir do direito de receber uma instrução básica adequada durante o período de sua infância e primeira juventude, o que, sem dúvida fere os princípios da “justiça distributiva”.

Questiona-se ainda até onde o ensino supletivo poderá ou não ser encaixado no chamado “circuito inferior” da economia. Caso a resposta seja positiva, a existência de ensino regular e ensino supletivo não estará colaborando para a manutenção de injustiças sociais, isto é, proporcionando melhor ensino para as chamadas elites e um outro tipo de ensino, mais precário (haja vista o seu período de duração) para aqueles mais carentes e

que pelos clamores da própria “justiça” deveriam receber uma educação mais aprimorada, capaz de elevá-los na sociedade?

2 — A PESQUISA E SEUS RESULTADOS

2.1 — Metodologia da pesquisa

Uma pesquisa direta foi realizada entre a clientela de sete escolas supletivas da Rede Oficial do Município do Rio de Janeiro. Nessa população, *a priori* considerada carente de recursos e homogênea quanto ao nível de instrução, localizada em espaços concretos diferenciados do município, pretendeu-se detectar situações relacionadas a sua inserção no mercado de trabalho e ao término das quatro primeiras séries do 1.º grau (curso primário até 1971). Como a evasão escolar geralmente é motivada por dificuldades financeiras, os dois fatos — paralisação ou interrupção dos estudos e inserção no mercado de trabalho — ocorrem simultaneamente.

A maior preocupação da pesquisa consistiu em averiguar se as diferenciações, quando presentes, poderiam ou não ser relacionadas ao espaço de localização das escolas, considerando-se que cada habitante urbano encontra seu lugar na cidade de acordo com suas características sócio-econômico-culturais.

As áreas do município do Rio de Janeiro selecionadas para a pesquisa foram Catete—Laranjeiras, Ipanema, Méier, Penha, Marechal Hermes e Cosmos. As escolas localizadas no Catete e em Laranjeiras são aqui consideradas como uma só escola, dado o fato de funcionarem sob uma mesma direção e, conseqüentemente, as matrículas serem realizadas em um único estabelecimento. Consideraram-se na pesquisa as escolas do Catete—La-

ranjeiras e de Ipanema como per-
tencentes à Zona Sul e as demais,
as localizadas no Méier, Penha, Ma-
rechal Hermes e Cosmos como per-
tencentes à Zona Norte.

Nas escolas optou-se pelos alunos
de 7.^a e 8.^a fases, uma vez aceito
que estes estariam mais capacita-
dos a responder ao questionário,
instrumento da pesquisa empírica.
Estabeleceu-se, a princípio, que se-
ria de 70 o número de questioná-
rios aplicados em cada escola, mas
tal número sofreu variações devido
à ausência de alguns alunos no dia
da pesquisa. O número total de
questionários aplicados foi de 429,
assim distribuídos: Catete 48 e La-
ranjeiras 73, num total de 121;
Ipanema 67; Méier 42; Penha 68;
Marechal Hermes 71 e Cosmos 60.

O questionário procurou envol-
ver os alunos em diversos setores
de sua vida, permitindo que se ti-
vesse idéia dessa clientela do
supletivo através de um envolvi-
mento bem amplo, focalizando-a
em situações diversas. A pesquisa
efetuada forneceu dados para a
elaboração de dois artigos: O
primeiro denominou-se *Caracteris-
ticas Sócio-Espaciais de uma Cli-
entela do Supletivo*; enfatizando a
dimensão espacial, procurou estu-
dar o "espaço vivido" das cliente-
las de três escolas, localizadas em
espaços bem diferenciados do mu-
nicípio do Rio de Janeiro: Penha,
Cosmos e Ipanema. O presente ar-
tigo tem por finalidade primordial
questionar, através dos diferentes
espaços de localização das escolas
selecionadas (Catete—Laranjeiras,
Ipanema, Méier, Penha, Marechal
Hermes e Cosmos) sobre as simili-
tudes e diversidades constatadas
entre as clientelas das mesmas no
que diz respeito à inserção mais
ou menos precoce no mercado de
trabalho; pressupõe-se que tal
fato seja demonstrativo do estado
de carência daquela população.

2.2 — Pobreza Urbana, inserção no Mercado de Trabalho. Escola- ridade.

Tolosa¹⁶, utilizando dados da
PNAD, escreve que "no Brasil, em
1973, cerca de 7,5 milhões de pes-
soas ocupadas em atividades não
agrícolas recebiam menos de 1 sa-
lário mínimo. Esse número ao que
representava 12% da população
urbana, ilustra em termos subesti-
mados a magnitude da pobreza ur-
bana no atual estágio da economia
brasileira".

A mesma situação repete-se no
município do Rio de Janeiro. Os
enormes desníveis observados nos
rendimentos da PEA urbana, de-
vido às características deste muni-
cípio, são uma prova cabal dos fla-
grantes contrastes sociais existen-
tes, uma vez que o "social" e o
"econômico" encontram-se estreita-
mente vinculados.

QUADRO I

Município do Rio de Janeiro (Estado da Guanabara, 1970)

CLASSES DE RENDIMENTO (salário mínimo)	PESSOAS NA FORÇA DE TRABALHO	
	Números absolutos	% em relação ao total
TOTAL.....	1 482 943	100,00
Até 0,25.....	24 369	1,64
Mais de 0,25 a 0,50.....	57 603	3,98
Mais de 0,50 a 1,00.....	201 561	13,59
Mais de 1,00 a 2,00.....	425 984	28,73
Mais de 2,00 a 3,00.....	272 237	18,36
Mais de 3,00 a 5,00.....	197 060	13,29
Mais de 5,00 a 7,00.....	95 244	6,42
Mais de 7,00 a 10,00.....	81 425	5,48
Mais de 10,00.....	127 460	8,60

FONTE: IBGE — Censo Demográfico — 1970.

Diante da situação de pobreza
de grande parte da população ur-
bana brasileira, pressupõe-se que a
"população" analisada, portadora

¹⁶ TOLOSA, Hamilton C. *Dimensões e Causas da Pobreza Urbana*, p. 180.

de baixo nível de escolaridade seja considerada como carente de recursos, uma vez que a maior parte da mesma (cerca de 70%, ou seja, 303 dentre um total de 429 alunos) já penetrou formal ou informalmente no mercado de trabalho. A própria inserção precoce no mercado de trabalho já se constitui uma demonstração de pobreza dessa população.

Dos alunos pesquisados que trabalham, cerca de 8,58% (26 alunos num total de 303) começaram a trabalhar com idade inferior a 10 anos e, se a estes acrescentarmos os que o fizeram com idades compreendidas entre 10 e 14 anos, este número ascende a 127, atingindo em termos percentuais 42%. Isso, sem dúvida, reforça a afirmativa de ser a população do supletivo uma população carente de recursos.

Dentre os alunos pesquisados que começaram a trabalhar com idade inferior a 10 anos, o maior número se encontra entre os que hoje têm de 21 a 30 anos (Quadro II). Tal constatação desperta o interesse sobre a evolução do processo de inserção no mercado de trabalho. Percebe-se que os alunos integrantes das faixas etárias mais jovens acusam uma idade mais tardia de ingresso no mercado de trabalho. Parece estar ocorrendo um decréscimo na penetração acentuadamente precoce no mercado de trabalho (idade inferior a 10 anos); constatam-se, no entanto, neste particular, algumas diferenças de acordo com o espaço de localização das escolas. Assim, as escolas localizadas em Cosmos e Marechal Hermes apresentam ainda alunos na faixa etária de 14/17 anos (na época da pesquisa) que declararam ter idade inferior a 10 anos na ocasião em que começaram a trabalhar. Enquanto isso, convém ressaltar que a escola localizada no Méier não apresenta nenhum aluno que tenha come-

çado a trabalhar antes dos 10 anos. E dos integrantes da faixa etária 14/17 anos que trabalham, todos iniciaram sua atividade profissional a partir dos 15 anos. Analisando, no entanto, a faixa etária 18/20 anos, constata-se que 50% dos alunos incluídos na mesma faixa começaram a trabalhar entre 10 e 14 anos (Quadro V). Melhorias nas condições de vida? Mudança de mentalidade dos responsáveis? Dispositivos legais tornando obrigatório o diploma do 1.º grau? Presume-se que essa permanência mais longa na escola possa ressaltar da superposição de várias causas, sobressaindo dentre elas a obrigatoriedade do ensino elementar (4 anos) pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1961) e a difusão da idéia de que a escolaridade se constitui num instrumento de ascensão social.

Quando se relacionam essas duas variáveis: faixa etária e idade de inserção no mercado de trabalho, outros fatos interessantes ressaltam ao se compararem os diferentes espaços. Assim, verifica-se que enquanto a maior percentagem dos alunos das escolas localizadas no Catete—Laranjeiras, Penha e Cosmos pertence à faixa etária 14/17 anos, a das escolas localizadas em Ipanema, Méier e Marechal Hermes cabe à faixa 18/20; quando se trata da inserção no mercado de trabalho, a faixa etária citada pelo maior número de alunos é a de 15/17 anos, salvo na de Ipanema, onde a faixa de 10/14 anos toma a primazia e na escola localizada em Cosmos, que apresenta percentagem idêntica nas faixas 10/14 e 15/17 anos (Quadros III a VIII). Embora fisicamente distantes, as escolas localizadas em Ipanema e Cosmos assemelham-se nesse particular: a idade de inserção dos jovens no mercado de trabalho.

Quanto aos não ingressos no mercado de trabalho (aproximadamente 30%), é interessante notar que nas escolas da Zona Norte, sal-

QUADRO II

Situação geral das escolas

IDADE DE INGRESSO NO MERCADO DE TRABALHO	ALUNOS NA FORÇA DE TRABALHO							
	Total		Classes de idade (anos)					
	Absoluto	Relativo (%)	14 a 17		18 a 20		21 a 25	
			Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
TOTAL.....	303	100,00	84	27,725	91	30,035	58	19,140
Menos de 10.....	26	8,59	3	0,990	4	1,320	8	2,640
10 a 14.....	101	33,33	29	9,570	30	9,900	19	6,270
15 a 17.....	128	42,25	52	17,165	41	13,535	19	6,270
18 a 20.....	35	11,55	—	—	14	4,620	11	3,630
21 a 30.....	6	1,98	—	—	—	—	—	—
Mais de 30.....	4	1,32	—	—	—	—	—	—
Não declarada.....	3	0,99	—	—	2	0,660	1	0,330

IDADE DE INGRESSO NO MERCADO DE TRABALHO	ALUNOS NA FORÇA DE TRABALHO							
	Classes de idade (anos)							
	26 a 30		31 a 40		Mais de 40		Não declarada	
	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
TOTAL.....	30	9,900	19	6,270	13	4,280	8	2,640
Menos de 10.....	7	2,310	3	0,990	1	0,330	—	—
10 a 14.....	10	3,300	8	2,640	4	1,320	1	0,330
15 a 17.....	8	2,640	1	0,330	2	0,660	5	1,650
18 a 20.....	3	0,990	3	0,990	2	0,660	2	0,660
21 a 30.....	2	0,660	3	0,990	1	0,330	—	—
Mais de 30.....	—	—	1	0,330	3	0,990	—	—
Não declarada.....	—	—	—	—	—	—	—	—

Alunos pesquisados: 429
 Alunos que trabalham: 303 (70,63%).

vo na do Méier, o percentual é maior do que nas demais, observando-se sempre uma predominância do sexo feminino entre os mesmos, predominância esta bem acentuada no caso de Marechal Hermes (Quadro IX).

Cabe à escola de Ipanema o menor percentual de alunos ainda não ingressos no mercado de trabalho; lá, portanto, a escola supletiva atende primordialmente a uma população trabalhadora.

Relacionando-se agora o ingresso no mercado de trabalho com o término do primeiro estágio do 1.º grau (curso primário até 1971)

constata-se que cerca de 18% dos alunos que trabalham se empregaram antes do término daquele curso (cerca de 30 alunos não especificaram a data do término do primário, assim tal percentual ficou subestimado). Isso significa que iniciaram a vida profissional com nível de instrução precário, com todas as chances de irem engrossar as fileiras da mão-de-obra desqualificada.

A escola de Ipanema detém o maior percentual dos que passaram a trabalhar antes do término do primário. Nesta escola, como naquela localizada no Catete—La-

ranjeiras (que ocupa o segundo lugar nesse particular), dentre os alunos que foram trabalhar antes do término do primário, o maior número de alunos cabe ao sexo feminino. Justamente nessas escolas concentra-se maior número de alunos migrantes que declararam ter como atividade a de “empregada doméstica”. Sabe-se que muitas iniciam o “trabalho” quando muito novas, ficando naquela ocasião sem possibilidade de associarem o estudo com o trabalho.

Pode parecer estranho, à primeira vista, que justamente nas escolas da Zona Sul seja observada a inserção mais precoce no mercado de trabalho. Mas é só lembrar que Ipanema, embora apresente características de um bairro de alto *status* social, possui uma população de composição social heterogênea, onde, ao lado de uma classe social de maiores recursos, surge outra, de recursos reduzidos, que aí se localiza principalmente tendo em vista a proximidade de um

QUADRO III

Localização da escola: Catete—Laranjeiras

IDADE DE INGRESSO NO MERCADO DE TRABALHO	ALUNOS NA FORÇA DE TRABALHO							
	Total		Classes de idade (anos)					
	Absoluto	Relativo (%)	14 a 17		18 a 20		21 a 25	
			Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
TOTAL.....	86	100,00	29	33,720	23	26,743	17	19,765
Menos de 10 anos.....	7	8,137	—	—	2	2,325	1	1,162
Entre 10 e 14 anos.....	30	34,881	12	13,953	8	9,302	6	6,976
Entre 15 e 17 anos.....	38	44,194	17	19,777	9	10,465	6	6,976
Entre 18 e 20 anos.....	10	11,626	—	—	4	4,651	4	4,651
Entre 21 e 30 anos.....	1	1,162	—	—	—	—	—	—
Mais de 30 anos.....	—	—	—	—	—	—	—	—
Não declararam.....	—	—	—	—	—	—	—	—

IDADE DE INGRESSO NO MERCADO DE TRABALHO	ALUNOS NA FORÇA DE TRABALHO							
	Classes de idade (anos)							
	26 a 30		31 a 40		Mais de 40		Não declarada	
	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
TOTAL.....	10	11,626	5	5,811	—	—	2	2,325
Menos de 10 anos.....	3	3,488	1	1,162	—	—	—	—
Entre 10 e 14 anos.....	2	2,325	2	2,325	—	—	—	—
Entre 15 e 17 anos.....	4	4,651	—	—	—	—	2	2,325
Entre 18 e 20 anos.....	1	1,162	1	1,162	—	—	—	—
Entre 21 e 30 anos.....	—	—	1	1,162	—	—	—	—
Mais de 30 anos.....	—	—	—	—	—	—	—	—
Não declararam.....	—	—	—	—	—	—	—	—

N.º de alunos pesquisados: 121

N.º de alunos que trabalham: 86 (71,07%)

QUADRO IV

Localização da escola: Ipanema

IDADE DE INGRESSO NO MERCADO DE TRABALHO	ALUNOS NA FORÇA DE TRABALHO							
	Total		Classes de idade (anos)					
	Absoluto	Relativo (%)	14 a 17		18 a 20		21 a 25	
			Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
TOTAL.....	58	100,00	10	17,242	19	32,758	17	29,310
Menos de 10 anos.....	4	6,896	—	—	—	—	3	5,172
Entre 10 e 14 anos.....	25	43,105	5	8,621	8	13,793	6	10,345
Entre 15 e 17 anos.....	21	36,207	5	8,621	7	12,069	6	10,345
Entre 18 e 20 anos.....	6	10,344	—	—	3	5,172	1	1,724
Entre 21 e 30 anos.....	—	—	—	—	—	—	—	—
Mais de 30 anos.....	—	—	—	—	—	—	—	—
Não declararam.....	2	3,448	—	—	1	1,724	1	1,724

IDADE DE INGRESSO NO MERCADO DE TRABALHO	ALUNOS NA FORÇA DE TRABALHO							
	Classes de idade (anos)							
	26 a 30		31 a 40		Mais de 40		Não declarada	
	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
TOTAL.....	5	8,621	3	5,173	2	3,448	2	3,448
Menos de 10 anos.....	1	1,724	—	—	—	—	—	—
Entre 10 e 14 anos.....	2	3,448	2	3,448	1	1,724	1	1,724
Entre 15 e 17 anos.....	1	1,724	—	—	1	1,724	1	1,724
Entre 18 e 20 anos.....	1	1,724	1	1,724	—	—	—	—
Entre 21 e 30 anos.....	—	—	—	—	—	—	—	—
Mais de 30 anos.....	—	—	—	—	—	—	—	—
Não declararam.....	—	—	—	—	—	—	—	—

N.º de alunos pesquisados: 67

N.º de alunos que trabalham: 58 (86,56%).

grande “mercado de trabalho”. No Catete—Laranjeiras tal impacto é menor, pois há menor discordância aparente entre os dois espaços: o sócio-econômico e o ecológico. Área degradada próxima ao Centro, o Catete passou por várias fases de crescimento e modificações. O Catete, que, na primeira metade do século passado, abrigava residências de uma população abastada, adquiriu aspectos de degradação, à medida que a zona exclusivamente residencial se afastava do Centro. Além

de grande número de antigas residências transformadas em lojas e oficinas, o Catete apresenta como prova de degradação grande número de casas de cômodos. Apresenta ainda um número representativo de “vilas” muito antigas com casas geminadas e de tamanho reduzido. Laranjeiras, por sua vez, embora seja hoje muito procurado pela classe média alta, caracteriza-se por um conteúdo social misto — as residências de classe média e operária se justapondo,

QUADRO V

Localização da escola: Méier

IDADE DE INGRESSO NO MERCADO DE TRABALHO	ALUNOS NA FORÇA DE TRABALHO							
	Total		Classes de idade (anos)					
	Absoluto	Relativo (%)	14 a 17		18 a 20		21 a 25	
			Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
TOTAL.....	34	100,00	9	26,471	14	41,176	5	14,705
Menos de 10 anos.....	—	—	—	—	—	—	—	—
Entre 10 e 14 anos.....	12	35,295	—	—	7	20,590	3	8,823
Entre 15 e 17 anos.....	17	50,000	9	26,471	6	17,647	—	—
Entre 18 e 20 anos.....	5	14,705	—	—	1	2,941	2	5,882
Entre 21 e 30 anos.....	—	—	—	—	—	—	—	—
Mais de 30 anos.....	—	—	—	—	—	—	—	—
Não declararam.....	—	—	—	—	—	—	—	—

IDADE DE INGRESSO NO MERCADO DE TRABALHO	ALUNOS NA FORÇA DE TRABALHO							
	Classes de idade (anos)							
	26 a 30		31 a 40		Mais de 40		Não declarada	
	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
TOTAL.....	3	8,823	1	2,941	—	—	2	5,882
Menos de 10 anos.....	—	—	—	—	—	—	—	—
Entre 10 e 14 anos.....	2	5,882	—	—	—	—	—	—
Entre 15 e 17 anos.....	1	2,941	1	2,941	—	—	—	—
Entre 18 e 20 anos.....	—	—	—	—	—	—	2	5,882
Entre 21 e 30 anos.....	—	—	—	—	—	—	—	—
Mais de 30 anos.....	—	—	—	—	—	—	—	—
Não declararam.....	—	—	—	—	—	—	—	—

N.º de alunos pesquisados: 42

N.º de alunos que trabalham: 34 (80,95%).

QUADRO VI

Localização da escola: Penha

(continua)

IDADE DE INGRESSO NO MERCADO DE TRABALHO	ALUNOS NA FORÇA DE TRABALHO							
	Total		Classes de idade (anos)					
	Absoluto	Relativo (%)	14 a 17		18 a 20		21 a 25	
			Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
TOTAL.....	43	100,00	16	37,208	9	20,930	10	23,254
Menos de 10 anos.....	4	9,303	—	—	—	—	2	4,651
Entre 10 e 14 anos.....	11	25,581	3	6,976	3	6,976	2	4,651
Entre 15 e 17 anos.....	22	51,162	13	30,232	5	11,628	3	6,976
Entre 18 e 20 anos.....	5	11,628	—	—	1	2,326	3	6,976
Entre 21 e 30 anos.....	1	2,326	—	—	—	—	—	—
Mais de 30 anos.....	—	—	—	—	—	—	—	—
Não declararam.....	—	—	—	—	—	—	—	—

QUADRO VI

Localização da escola: Penha

(conclusão)

IDADE DE INGRESSO NO MERCADO DE TRABALHO	ALUNOS NA FORÇA DE TRABALHO							
	Classes de idade (anos)							
	26 a 30		31 a 40		Mais de 40		Não declarada	
	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
TOTAL.....	4	9,304	2	4,652	1	2,326	1	2,326
Menos de 10 anos.....	1	2,326	1	2,326	—	—	—	—
Entre 10 e 14 anos.....	1	2,326	1	2,326	1	2,326	—	—
Entre 15 e 17 anos.....	—	—	—	—	—	—	1	2,326
Entre 18 e 20 anos.....	1	2,326	—	—	—	—	—	—
Entre 21 e 30 anos.....	1	2,326	—	—	—	—	—	—
Mais de 30 anos.....	—	—	—	—	—	—	—	—
Não declararam.....	—	—	—	—	—	—	—	—

N.º de alunos pesquisados: 66

N.º de alunos que trabalham: 43 (63,23%)

QUADRO VII

Localização da escola: Marechal Hermes

IDADE DE INGRESSO NO MERCADO DE TRABALHO	ALUNOS NA FORÇA DE TRABALHO							
	Total		Classes de idade (anos)					
	Absoluto	Relativo (%)	14 a 17		18 a 20		21 a 25	
			Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
TOTAL.....	46	100,00	8	18,389	20	44,475	7	15,231
Menos de 10 anos.....	5	10,866	1	2,173	1	2,173	2	4,347
Entre 10 e 14 anos.....	13	27,256	3	7,521	3	6,521	2	4,347
Entre 15 e 17 anos.....	16	35,781	4	8,695	12	27,086	—	—
Entre 18 e 20 anos.....	9	19,578	—	—	4	8,695	3	6,537
Entre 21 e 30 anos.....	2	4,346	—	—	—	—	—	—
Mais de 30 anos.....	1	2,173	—	—	—	—	—	—
Não declararam.....	—	—	—	—	—	—	—	—

IDADE DE INGRESSO NO MERCADO DE TRABALHO	ALUNOS NA FORÇA DE TRABALHO							
	Classes de idade (anos)							
	26 a 30		31 a 40		Mais de 40		Não declarada	
	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
TOTAL.....	4	8,693	3	4,520	4	8,692	—	—
Menos de 10 anos.....	1	2,173	—	—	—	—	—	—
Entre 10 e 14 anos.....	2	4,347	2	4,347	1	2,173	—	—
Entre 15 e 17 anos.....	—	—	—	—	—	—	—	—
Entre 18 e 20 anos.....	—	—	1	2,173	1	2,173	—	—
Entre 21 e 30 anos.....	1	2,173	—	—	1	2,173	—	—
Mais de 30 anos.....	—	—	—	—	1	2,173	—	—
Não declararam.....	—	—	—	—	—	—	—	—

N.º de alunos pesquisados: 71

N.º de alunos que trabalham: 46 (64,78%).

QUADRO VIII

Localização da escola: Cosmos

IDADE DE INGRESSO NO MERCADO DE TRABALHO	ALUNOS NA FORÇA DE TRABALHO							
	Total		Classes de idade (anos)					
	Absoluto	Relativo (%)	14 a 17		18 a 20		21 a 25	
			Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
TOTAL.....	36	100,00	12	33,332	6	16,663	2	5,554
Menos de 10 anos.....	6	16,663	2	5,555	1	2,777	—	—
Entre 10 e 14 anos.....	10	27,774	6	16,666	1	2,777	—	—
Entre 15 e 17 anos.....	11	27,775	4	11,111	2	5,555	1	2,777
Entre 18 e 20 anos.....	3	8,331	—	—	1	2,777	1	2,777
Entre 21 e 30 anos.....	2	5,555	—	—	—	—	—	—
Mais de 30 anos.....	3	8,332	—	—	—	—	—	—
Não declararam.....	1	2,777	—	—	1	2,777	—	—

IDADE DE INGRESSO NO MERCADO DE TRABALHO	ALUNOS NA FORÇA DE TRABALHO							
	Classes de idade (anos)							
	26 a 30		31 a 40		Mais de 40		Não declarada	
	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
TOTAL.....	4	11,109	5	13,886	6	16,663	1	2,777
Menos de 10 anos.....	1	2,777	1	2,777	1	2,777	—	—
Entre 10 e 14 anos.....	1	2,777	1	2,777	1	2,777	—	—
Entre 15 e 17 anos.....	2	5,555	—	—	1	2,777	1	2,777
Entre 18 e 20 anos.....	—	—	—	—	1	2,777	—	—
Entre 21 e 30 anos.....	—	—	2	5,555	—	—	—	—
Mais de 30 anos.....	—	—	1	2,777	2	5,555	—	—
Não declararam.....	—	—	—	—	—	—	—	—

N.º de alunos pesquisados: 60

N.º de alunos que trabalham: 36 (60,00%).

QUADRO IX

LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA	NÃO TRABALHAM				TRABALHARAM APÓS O TÉRMINO DO PRIMÁRIO				TRABALHARAM ANTES DO TÉRMINO DO PRIMÁRIO			
	S.M.	S.F.	Total	%	S.M.	S.F.	Total	%	S.M.	S.F.	Total	%
Catete-Laranjeiras.....	10	23	33	27,27	28	30	58	47,93	10	14	24	19,83
Janema.....	5	5	10	14,92	17	17	34	50,74	6	10	16	23,88
Méier.....	2	6	8	19,04	16	10	26	61,90	7	1	8	19,04
Penha.....	11	11	22	32,35	19	11	30	44,11	7	4	11	16,17
Marechal Hermes.....	7	19	26	36,61	22	13	35	49,29	6	1	7	9,85
Cosmos.....	9	13	22	36,66	9	9	18	30,00	7	4	11	18,33
Universo (1).....	44	77	121	28,20	111	90	201	46,85	43	34	77	17,94

(1) Cerca de 30 alunos ($\pm 7\%$) não especificaram a data do término do curso primário. Isto explica o somatório dos percentuais de cada escola não atingir 100,00.

muitas vezes, às da classe mais rica.

Na escola localizada em Marechal Hermes chama atenção o pequeno número de alunos que passaram a trabalhar antes da conclusão do primário, somente 7 dentre 42.

Relativa ainda à inserção no mercado de trabalho antes da conclusão do curso primário ou 1.º estágio do 1.º grau, chamam atenção, em algumas escolas analisadas, os contrastes observados entre os sexos masculino e feminino. É o caso das escolas localizadas no Méier e em Marechal Hermes, onde se constatou que enquanto sete e seis alunos do sexo masculino, respectivamente, se engajaram no mercado de trabalho antes do término do primário, somente com um do sexo feminino, em cada uma das escolas citadas, ocorreu o mesmo fato.

O quadro a seguir, através das médias e dos coeficientes de variação relativas às idades do término do primário e da inserção no mercado de trabalho, permite melhor avaliação da diferenciação dos espaços no que diz respeito à comparação daquelas duas variáveis.

QUADRO X

LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA	IDADE AO TÉRMINO DO PRIMÁRIO		IDADE DE INGRESSO NO MERCADO DE TRABALHO	
	X	C.V.	X	C.V.
Catete-Laranjeiras.....	14,31	32,44	14,25	22,67
Ipanema.....	14,38	34,63	14,26	18,54
Méier.....	13,19	19,25	15,23	13,52
Penha.....	14,03	28,27	14,90	19,57
Marechal Hermes.....	14,54	32,03	15,56	29,44
Cosmos.....	15,17	43,58	15,48	48,28

Enquanto nas escolas da Zona Sul a média do ingresso no mercado de trabalho é mais baixa que a média do término do curso pri-

mário, o que significa não só inserção mais precoce no mercado de trabalho mas também ausência de qualificação naquela ocasião, na Zona Norte dá-se o oposto: a média mais baixa é a relativa à do término do primário. A maior defasagem entre os dois valores é observada nas escolas do Méier e Marechal Hermes.

A média relativa à idade do término do primário, embora não apresente grandes variações entre os diferentes espaços, dá para perceber que a clientela localizada no Méier encontra-se em situação de certa forma privilegiada em relação às demais. Não só a média é mais baixa, mas o coeficiente de variação é o menor de todos, denotando, por conseguinte, maior concentração em torno da média. Como já foi referido, outros fatos vêm reforçar essa posição: nenhum dos alunos pesquisados ingressou no mercado de trabalho com idade inferior a 10 anos; 50% dos que trabalham o fizeram pela primeira vez na faixa 15/17 anos; e maior percentagem dos que foram trabalhar somente o fizeram após o término do curso primário. Aqui convém ressaltar que o Méier surge com certa projeção no cenário carioca devido a sua autonomia comercial e social. Um dos grandes subcentros da linha tronco da Central do Brasil desempenha importante função residencial de classe média.

Os dados relativos à escola de Cosmos deixam entrever situação inversa, dados os valores mais elevados da média e do coeficiente de variação que apresenta nas duas variáveis.

Quanto à idade de ingresso no mercado de trabalho, não se observam grandes variações entre os espaços; percebe-se apenas um ingresso mais tardio nas escolas da Zona Norte, mas esta aparente vantagem fica como que esmaecida nas escolas de Marechal Hermes e

Cosmos, principalmente nesta última, devido ao coeficiente de variação demonstrar uma dispersão maior em torno da média, sinal de uma situação mais heterogênea.

Quando se trata de ingresso no mercado de trabalho, caso se diferenciem os sexos, constata-se o ingresso mais tardio do sexo feminino nas escolas da Zona Norte, cabendo à escola da Penha a média mais baixa. Este fato leva a pensar que, ao contrário da Zona Sul, na Zona Norte os alunos do sexo feminino permanecem durante um tempo mais dilatado no curso diurno, quando comparado aos do sexo masculino.

QUADRO XI

LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA	IDADE DE INGRESSO NO MERCADO DE TRABALHO	
	Sexo masculino	Sexo feminino
Catete-Laranjeiras.....	14,52	14,02
Ipanema.....	15,11	13,82
Méier.....	14,60	16,54
Penha.....	14,65	15,42
Marechal Hermes.....	14,79	16,88
Cosmos.....	13,77	17,29

Algumas considerações pertinentes à maneira como a população focalizada está inserida no mercado de trabalho e ao montante de seus rendimentos tornam-se aqui procedentes. A população focalizada, portadora de baixo nível de instrução, caracteriza-se, em sua maior parte, pelo desempenho de tarefas de pequena ou nula especialização e, sendo assim, de baixa remuneração, salvo alguns casos esporádicos. Neste particular a clientela do supletivo apresenta pequenas diferenciações segundo o seu espaço de localização.

Em todos os espaços a faixa salarial na qual está concentrado o maior número de alunos é a que corresponde às remunerações entre Cr\$ 2.500,00 e Cr\$ 4.500,00, o que vem a significar de 1,1 a 2,0 salários mínimos, uma vez que a pesquisa foi realizada em outubro de 1979, quando o salário mínimo do Rio de Janeiro era de Cr\$ 2.268,00. Os percentuais relativos a essa faixa são, em todos os espaços, superiores a 40,00%, sendo que no Catete—Laranjeiras, Ipanema e Méier ultrapassam os 50%. Essas três escolas, no entanto, dife-

QUADRO XII

LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA	N.º DE ALUNOS (1)		FAIXAS SALARIAIS														
			Até Cr\$ 1.500,00 Até 0,7 S.M.			Mais de Cr\$ 1.500,00 a Cr\$ 2.500,00 mais de 0,7 a 1,1 S.M.			Mais de Cr\$ 2.500,00 a Cr\$ 4.500,00 mais de 1,1 a 2,00 S.M.			Mais de Cr\$ 4.500,00 a Cr\$ 6.000,00 mais de 2 a 2,65 S.M.			Mais de Cr\$ 6.000,00 mais de 2,65 S.M.		
			Trabalham	Informam sobre o salário	N.º de alunos	%	% Ac.	N.º de alunos	%	% Ac.	N.º de alunos	%	% Ac.	N.º de alunos	%	% Ac.	N.º de alunos
Catete-Laranjeiras	86	81	10	12,34	12,34	20	24,69	37,03	45	55,57	92,60	5	6,17	98,77	1	1,23	100,00
Ipanema.....	58	54	4	7,40	7,40	12	22,22	29,62	28	51,88	81,50	5	9,25	90,75	5	9,25	100,00
Méier.....	34	30	2	6,66	6,66	2	6,66	13,32	17	56,69	70,01	4	13,33	83,34	5	16,66	100,00
Penha.....	43	38	5	13,44	13,44	10	26,31	39,75	18	47,36	87,11	2	5,06	92,17	3	7,83	100,00
Marechal Hermes	46	37	3	8,10	8,10	9	24,32	32,42	15	40,56	72,98	4	10,81	83,79	6	16,21	100,00
Cosmos.....	36	30	4	13,33	13,33	4	13,33	26,66	13	43,34	70,00	3	10,00	80,00	6	20,00	100,00

S.M. = salário mínimo

(1) Muitos alunos que trabalham não forneceram informações sobre o salário.

reñciam-se entre si, quando se comparam as demais faixas salariais: enquanto as escolas da Zona Sul concentram cerca de 37,03% (Catete—Laranjeiras) e 29,62% (Ipanema) dos alunos nas duas primeiras faixas salariais — aquelas que incluem os que ganham até 1,1 salário mínimo (vide Quadro XII) — somente 13,32% da clientela da escola do Méier concentram-se nessas duas faixas. Por outro lado, as duas faixas de salários mais elevadas concentram 29,99% dos alunos que trabalham no Méier; nas escolas da Zona Sul os percentuais são bem mais baixos: 7,40% no Catete—Laranjeiras e 18,50% em Ipanema. Mais uma vez a escola do Méier diverge um pouco das demais, diferença que retrata uma situação mais favorável para a mesma. Convém ressaltar algo mais a respeito da clientela da escola do Catete—Laranjeiras: 92,60% de seus alunos (dos que responderam sobre o salário) percebem rendimentos até 2 salários mínimos. Tomando ainda como referência para o rendimento 2 salários mínimos, as escolas que se encontram em situação mais semelhante à do Catete—Laranjeiras são as da Penha e Ipanema.

A segunda faixa a concentrar maior número de alunos é a de

Cr\$ 1.500,00 a Cr\$ 2.500,00, o que significa 0,7 a 1,1 salário mínimo. Exceções são as escolas do Méier e de Cosmos.

Os que recebem rendimentos maiores desempenham atividades que, se não exigem determinado nível de escolaridade, exigem pelo menos algum tipo de aprendizagem realizada fora do âmbito da escola. É o caso de motoristas (Ipanema), manicure (Ipanema), mecânico (Méier, Marechal Hermes), lapidador de lente (Penha), massagista (Marechal Hermes), torneiro mecânico (Cosmos), vendedor (Ipanema, Méier), reparador de eletrodoméstico (Méier).

Ao se analisarem as diferentes atividades desempenhadas pelos alunos, observa-se certa distinção entre as Zonas Norte e Sul. Nas escolas da Zona Sul estão inseridos, em sua esmagadora maioria, no setor terciário da economia. Embora na Zona Norte predomine igualmente a inclusão no setor terciário, também se acha bem representado o setor secundário, o que pode ser justificado pela presença marcante de indústrias de diversos “portes” por toda Zona Norte (Quadro XIII).

Como alguns alunos do supletivo ainda vivem total ou parcialmente

QUADRO XIII

LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA	ALUNOS PESQUISADOS	INSERIDOS NO MERCADO DE TRABALHO		SETOR DA ECONOMIA EM QUE ESTÃO INSERIDOS					
		Total	%	Terciário				Secundário	
				Comércio	Serviços	Total	%	Total	%
Catete-Laranjeiras.....	121	(1) 84	69,42	21	61	82	97,62	2	2,38
Ipanema.....	62	(2) 55	88,71	14	40	54	98,18	1	1,82
Méier.....	42	33	78,77	9	14	23	69,70	10	30,30
Penha.....	62	(3) 39	62,90	9	17	26	66,67	13	33,33
Marechal Hermes.....	72	42	58,33	13	15	28	66,67	14	33,33
Cosmos.....	60	(4) 30	50,00	2	25	27	90,00	2	6,66

(1) — Não foram incluídas duas alunas religiosas.

(2) — Não foram incluídos dois alunos que estão desempregados.

(3) — Não foi incluído um aluno desempregado.

(4) — Um aluno não explicou o setor.

dependentes financeiramente de seus responsáveis, torna-se conveniente verificar também, ainda que sucintamente, as atividades profissionais dos responsáveis, principalmente se se leva em conta que as atividades profissionais são, muitas vezes, tomadas como parâmetro para avaliar a posição social dos indivíduos.

Embora grande número de alunos deixasse de responder tal item do questionário, alguns fatos puderam ser constatados. Grande número de atividades dos responsáveis está intimamente relacionada à prestação de serviços, principalmente aquelas que dizem respeito à conservação, decoração e manutenção das habitações. É o caso de marceneiros, bombeiros, eletricitas, carpinteiros, que, muitas vezes, se constituem em trabalhadores autônomos. Enquanto alguns alunos indistintamente declararam ainda o pai como tendo a atividade de mecânico, policial, funcionário, outras atividades surgiram especificamente em certas escolas. Embora cause certa estranheza, a princípio, na escola localizada no Catete—Laranjeiras e naquela de Ipanema, cinco alunos, respectivamente, declararam o pai como trabalhando na lavoura. Constatou-se através da pesquisa que nas escolas da Zona Sul é bem maior o número de alunos migrantes, quando comparados aos da Zona Norte; naquelas sempre cabe aos migrantes um percentual superior a 60% (Quadro XIV). Considerando que muitos deles são oriundos de regiões rurais e não muito eventualmente migraram sem os pais, sozinhos ou em companhia de pessoas da família ou conhecidos, compreende-se como possa ser de lavrador a atividade do pai por eles declarada. Demonstrando com os números, tem-se, na escola localizada no Catete—Laranjeiras, num total de 18 alunos migrantes que declararam procederem de zona rural, 14 que vieram desacompa-

nhados dos pais. Na de Ipanema, num total de 10 alunos migrantes oriundos do “campo”, 5 deles não vieram com os pais.

QUADRO XIV

LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA	ALUNOS		
	Pesquisados (A)	Migrantes (B)	Migrantes/pesquisados (B/A)
Catete-Laranjeiras.....	121	79	63,63
Ipanema.....	67	41	61,19
Méier.....	42	18	42,86
Penha.....	68	25	36,76
Marachal Hermes.....	71	13	18,31
Cosmos.....	60	23	38,33

Outras atividades profissionais foram declaradas ainda como sendo a dos pais: feirante, servente, operário, jardineiro, zelador, biscateiro, jornalista, sapateiro, garçom, motorista; surgem ainda bancário, militar, professor, contador, advogado, esses esporadicamente. Alguns foram classificados como “aposentados” sem a declaração da atividade que exerceram; caso idêntico, o dos “encostados”. O nível de escolaridade dos pais justifica, na maior parte dos casos, as atividades declaradas como sendo a dos mesmos. Quase sempre é o “curso primário” o citado, mas mesmo assim, muitas vezes, sem ser terminado, pois foi apenas iniciado. Esporadicamente aparece citado o 2.º grau e raríssimas vezes o curso superior; mas ao lado dessas exceções, surgem outros — os analfabetos. Muitos não sabem o nível de escolaridade dos pais. Embora possa parecer heterogêneo o nível de escolaridade dos pais no âmbito de cada escola (analfabetos, uma ou duas séries do curso primário, curso primário completo, o 2.º grau, curso superior), existe certa homogeneidade quando se comparam as diferentes escolas, pois todas apresentam situação de certa forma idêntica. Constitui-se

em uma exceção a escola de Cosmos, onde a rigor se constata maior homogeneidade no tocante à menor escolaridade dos pais. Cosmos apresenta um panorama diferente dos demais espaços, vestígio ainda, sem dúvida, de um passado não muito remoto, quando se inseria num contexto agrícola.

A fim de melhor caracterizar o tipo de clientela do supletivo que se analisa, recorreu-se a mais uma das muitas dimensões de que se reveste a pobreza urbana — o tipo de moradia, para através dela procurar diferenças, por acaso encontradas, que possam ser justificadas pelo conteúdo social dos diferentes locais de residência (a grande maioria dos alunos reside próximo à escola). Uma primeira constatação é a que se refere à predominância entre os alunos residentes na Zona Norte (Méier, Penha, Marechal Hermes, Cosmos), de moradias tipo “casa” e entre os da Zona Sul (Catete—Laranjeiras, Ipanema) moradias tipo “apartamento”. O número de alunos que residem em casa cresce sensivelmente à medida que se afasta do Centro em direção às áreas Norte e Oeste do município. Se tal situação reflete diferentes usos do solo urbano no município do Rio de Janeiro, deixa refletir também certa melhoria na qualidade de vida da clientela da Zona Norte em termos de condições de moradia. Esta observação

vê-se reforçada por outras situações retratadas no quadro XV.

“Quarto alugado” é um tipo de moradia que aparece em todos os “espaços”, mas com força maior no Catete—Laranjeiras, bairros de classe média, mas de apreciável contingente da classe de renda baixa. Nesses bairros os proprietários ou inquilinos muitas vezes vêm-se impedidos a alugar ou subalugar um ou mais cômodos de sua residência, a fim de complementar sua renda mensal. Tal fato veio ao encontro daqueles que desejam morar próximo ao Centro, mas que não dispõem senão de poucos recursos. Inquilinos e locatários abrem mão de uma maior privacidade em seu “morar”, em favor de uma série de vantagens que passam a usufruir.

Na Zona Sul, no Catete—Laranjeiras, encontra-se também mais difundida a moradia do aluno se constituir simplesmente em uma vaga. As razões são as mesmas citadas anteriormente, mas acentuadas por maiores dificuldades financeiras. No caso de residirem em vagas, geralmente estão entre os alunos migrantes aqueles que migram sozinhos.

Muitos alunos das escolas da Zona Sul acusaram, ainda, como seu tipo de moradia, “quarto na casa onde trabalha”. Dentre estes a esmagadora maioria fica com as domésticas, existindo também ca-

QUADRO XV

LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA	ALUNOS, SEGUNDO O TIPO DE MORADIA								
	Casa	Apartamento	Quarto Alugado	Vaga	Quarto na casa onde trabalha	Conjunto habitacional	Barraco em favela	Casa em favela	Outros
Catete-Laranjeiras.....	13	64	11	3	19	1	1	5	4
Ipanema.....	12	12	2	1	16	13	1	9	—
Méier.....	25	9	2	—	—	4	—	2	—
Penha.....	40	15	4	1	1	5	1	2	—
Marechal Hermes.....	49	12	3	—	—	4	—	3	—
Cosmos.....	52	—	—	—	—	1	1	4	2

NOTA: Alguns alunos deixaram de declarar o seu tipo de moradia.

so esporádicos de faxineiros e porteiros que residem no próprio prédio onde exercem sua atividade profissional. A grande maioria dos alunos incluídos nesse caso são migrantes, quase sempre chegados mais recentemente. Já foi visto como são numerosos os migrantes que, ao chegarem de sua terra de origem, se empregam em casa de família; o mesmo acontece com aqueles que se ocupam da limpeza dos edifícios residenciais ou não; em ambos os casos a ausência de escolaridade justifica tal inserção.

Apesar da “casa em favela” ser citada em todos os “espaços” analisados, a primazia numérica cabe a Ipanema, o mesmo acontecendo com a moradia em conjunto habitacional, graças ao conjunto da Cruzada São Sebastião, no Leblon. Bem grande é, portanto, a diferença do tipo de moradia, em seu conjunto, da clientela do supletivo localizada na Zona Norte e na Zona Sul. A fim de enfatizá-la, selecionaram-se duas escolas: a do Catete—Laranjeiras (nesta especificamente a clientela do prédio do Catete) e a de Marechal Hermes, a fim de verificar qual a descrição que os próprios pesquisadores faziam de sua residência. Enquanto 27 alunos do Catete declararam residir em casa ou apartamento, 61 o fizeram em Marechal Hermes, o que equivale a 56,2% e 84,7%, respectivamente, dos alunos pesquisados em cada escola. Se a defasagem é grande entre as percentagens destes dois tipos de residência, bem mais pronunciada o é na descrição da moradia. Enquanto em Marechal Hermes predominam as residências de dois ou três quartos, embora haja de um quarto e também com quatro quartos, e algumas até com quintal, no Catete foram descritas como de tamanho muito reduzido, o mesmo acontecendo com os apartamentos, muitas vezes tratando-se de quitinetes, conjugados, apartamentos reservados a zelador de prédio etc.

Convém ressaltar que as condições de moradia mais precárias no Catete, são em parte, compensadas por uma série de amenidades entre elas sobressaindo a fácil acessibilidade ao C. B. D. Área “degradada”, o Catete vem sofrendo ultimamente uma série de renovações, destacando-se entre elas a construção do METRÔ. Acrescenta-se ainda a proximidade de uma das melhores áreas de lazer de todo o município: o Parque do Flamengo.

3 — CONSIDERAÇÕES FINAIS

Detectaram-se no desenrolar da pesquisa, algumas diferenciações entre as clientelas das diferentes escolas no que tange à inserção no mercado de trabalho e que merecem ser aqui novamente ressaltadas, uma vez que podem ser relacionadas ao espaço de localização das mesmas, ou melhor explicitando, que podem ser atribuídas ao conteúdo social dos bairros nos quais se inserem.

A respeito das faixas etárias predominantemente em cada escola, observou-se que nas escolas localizadas no Catete—Laranjeiras, Penha e Cosmos, percentual mais elevado de alunos se inclui na faixa 14/17 anos; nas escolas localizadas em Ipanema, Méier e Marechal Hermes a faixa etária que acusa maior número de alunos é a de 18/20 anos.

Quanto à inserção da clientela do supletivo no mercado de trabalho, foi visto que as idades predominantes estavam compreendidas entre 15 e 17 anos, exceções feitas às escolas de Ipanema, onde a faixa predominante foi a de 10/14 anos e a de Cosmos, onde as faixas 10/14 e 15/17 dividiram a primazia.

A inserção acentuadamente precoce no mercado de trabalho (idade inferior a 10 anos), que vem decrescendo nos últimos anos, fato

observado na maioria das escolas, apresenta uma situação de exceção nas escolas localizadas em Cosmos e Marechal Hermes — estas ainda apresentam alunos na faixa 14/17 anos que declararam idade inferior a 10 anos por ocasião de sua penetração no mercado de trabalho. Situação oposta é apresentada pela escola do Méier onde se constata ausência de alunos que tenham ido trabalhar antes de completar os 10 anos.

Verificou-se que cerca de 30% dos alunos pesquisados ainda não ingressaram no mercado de trabalho. Cabe às escolas da Zona Norte apresentar o maior percentual de alunos não ingressos no mercado de trabalho, predominando entre esses os do sexo feminino. Nas escolas da Zona Norte o supletivo atende mais caracteristicamente a uma clientela pertencente à classe média baixa. Se muitos podem passar sem a contribuição dos filhos para a renda familiar, não podem, no entanto, arcar com as despesas do colégio particular.

A escola localizada em Ipanema atende principalmente a uma população “trabalhadora” — essa é a escola a apresentar menor percentual dos que não trabalham. É justamente nessa escola que o supletivo representa mais claramente o circuito inferior da economia. Tais constatações podem ser enfatizadas através das condições mais precárias de moradia entre as clientelas da escola da Zona Sul. Um maior número de alunos residindo em quartos alugados, vagas, quartos no próprio emprego, demonstram, sem dúvida, piores condições de vida entre os alunos da Zona Sul, quando comparados aos da Zona Norte.

Quanto aos que passaram a trabalhar antes do término do curso primário (1.º estágio do 1.º grau), o maior percentual cabe às escolas localizadas na Zona Sul: Ipanema e Catete—Laranjeiras. Tal fato

leva a pensar na falta de qualificação intelectual por ocasião do ingresso no mercado de trabalho. Situação oposta é constatada em Marechal Hermes — poucos começaram a trabalhar antes do término do “primário”.

A nível comparativo, entre as escolas analisadas, cabe à escola do Méier uma situação melhor no que diz respeito à idade de inserção no mercado de trabalho e a do término do curso primário ou 1.º estágio do 1.º grau.

Nas escolas da Zona Sul foram constatados muitos alunos migrantes, muitos dos quais oriundos da zona rural, justificando, em alguns casos, a declaração de “lavrador” como atividade profissional dos pais.

Convém ressaltar, por último, que todas as escolas selecionadas, localizadas em diferentes espaços do Município do Rio de Janeiro demonstraram possuir uma clientela carente de recursos, não havendo, neste particular, grandes diferenças entre elas. Embora possa haver em meio a clientela do supletivo alguns alunos que não sofram tão agudamente o peso das pressões financeiras, esses se constituem em exceção. Assim, o curso supletivo atende, de modo geral, a uma população “pobre”, apesar de em seu âmbito serem encontrados alunos integrantes da “classe média”.

Foi interessante averiguar quais as aspirações dessa população, principalmente no tocante ao nível de escolaridade e também ao futuro desempenho profissional. Percebeu-se que como um grande problema atinge a todos — a luta pela sobrevivência — estão preocupados, antes de tudo, em assegurar a vida cotidiana; e, graças ao grande papel desempenhado pela “informação” e o “consumo”, estão também preocupados em participar de certas formas de consumo par-

ricular à vida moderna e, aqui, se inclui também a aspiração por maior escolaridade. Parece não haver dúvida que essa “população”, independente do seu espaço de localização, busca no ensino, antes de mais nada, proveitos práticos. Visam principalmente à melhoria do nível de vida, visto ser este considerado como bastante deficiente. Mesmo entre os que declararam a pretensão de fazer o curso

superior, especificando até mesmo o curso desejado (esses foram mais numerosos em Laranjeiras e menos numerosos em Cosmos), aquele objetivo está sempre implícito nas razões que dão para o desejo de continuar a estudar. Pelo que se depreendeu dos questionários respondidos, a maioria da “população” pesquisada define a qualidade de vida exclusivamente, ou quase, em termos de valores do uso.

BIBLIOGRAFIA

- FREITAG, Bárbara. *Escola, Estado e Sociedade*. 3.^a ed. rev. Cortez e Moraes, São Paulo, 1979; 142 p.
- IBGE-DEISO. "Condições de Vida da População de Baixa Renda da Região Metropolitana do Rio de Janeiro". Rio de Janeiro, 1977; versão mimeografada.
- JOÃO XXIII. *Mater et Magistra* (sobre a Recente Evolução da Questão Social). Documentos Pontifícios, n.º 135, 2.^a ed., Editora Vozes Ltda., Petrópolis, 1961.
- KOWARICK, Lúcio. *Capitalismo e Marginalidade na América Latina*. 2.^a ed., Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977; 188 p.
- LEÃO XIII. *Rerum Novarum* (sobre a Condição dos Operários). Documentos Pontifícios, n.º 2, 2.^a ed., Editora Vozes Ltda., Petrópolis, 1947; 45 p.
- LIBÂNIO, J. B. "Educar para a Justiça" — separata do n.º 35 da *Revista de Educação AEC*, Rio de Janeiro; 26 p.
- MATA, Milton. "Concentração de Renda, Desemprego e Pobreza no Brasil: análise de uma amostra de municípios em 1970". IPEA/INPES, *Relatório de Pesquisa*, n.º 41, Rio de Janeiro, 1979; 172 p.
- PARECER 05/76 da Câmara de Ensino Supletivo da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio de Janeiro; 13 p.
- PEET, Richard. "Desigualdad y Pobreza: una teoria geografico-marxista". In *Geografia Radical Anglosajona*, Bellaterra (Barcelona), Septiembre, 1978; p. 181/196.
- SANTOS, Milton. *O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Livraria Francisco Alves Editora S.A., Rio de Janeiro, 1979; 345 p.
- . *Pobreza Urbana*. Editora HUCITEC, São Paulo, 1978; 119 p.
- TOLOSA, Hamilton C. "Dimensões e Causas da Pobreza Urbana". In *Dimensões do Desenvolvimento Brasileiro*. Editora Campus Ltda., Rio de Janeiro, 1978.

